

BRICS

Os desafios dos países emergentes

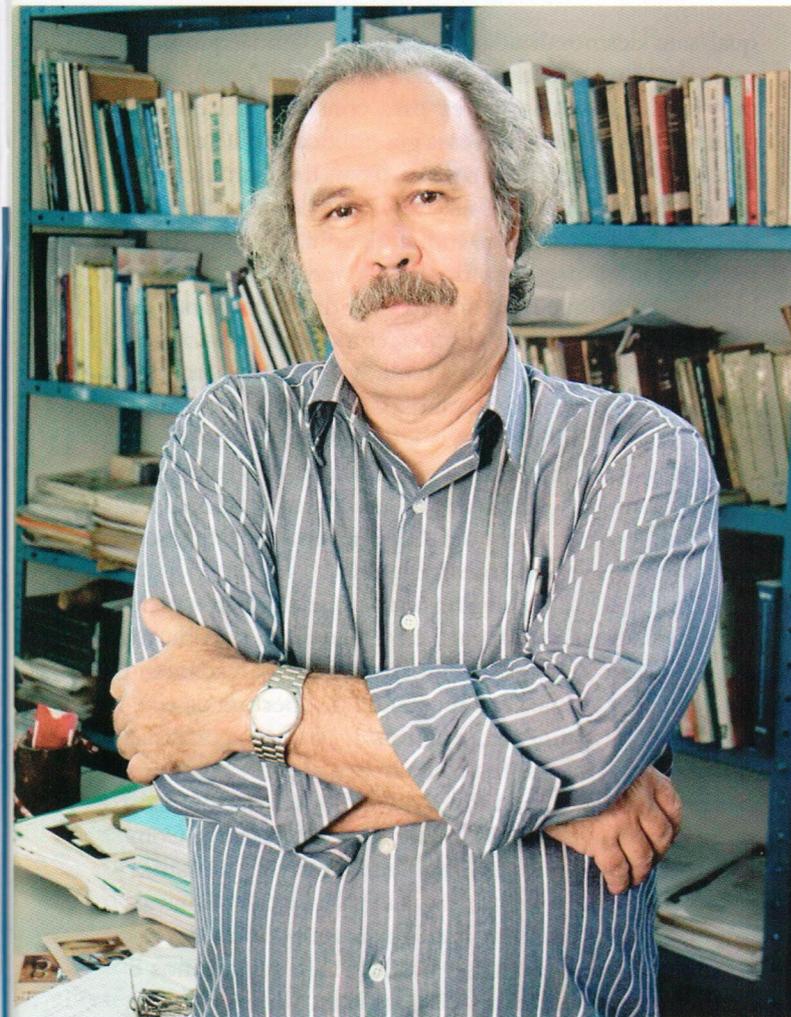
Marcos Costa Lima, doutor em Ciências Sociais e especialista em política internacional, explica que a ascensão da China não era novidade, mas a maneira como ela veio a ocupar o lugar de destaque na economia mundial surpreendeu as previsões dos analistas, e que, apesar da crise, o país asiático junto com os BRICS ainda têm fôlego para crescer

Por Ana Redig

No início dos anos 1980, o capital mundial começou a migrar para a Ásia, especialmente impulsionado pela China, que nas últimas décadas vem se transformando em uma espécie de fábrica do mundo. Em 2001, o economista-chefe da Goldman Sachs, Jim O'Neil, e sua equipe publicaram uma análise estatística e comparada apontando uma tendência de que em 50 anos o país asiático já estaria ocupando o centro sistêmico da economia mundial. O estudo também chamava a atenção para o fato de que, em algum tempo, este processo seria válido também para os outros países. Desta análise nasceu o conceito dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) para designar os países com os maiores índices de crescimento na atualidade. Em 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) dos cinco países somou US\$ 11 trilhões, ou 18% da economia mundial. Se considerarmos o PIB pela paridade de poder de compra, chegamos a 25% (US\$ 19 trilhões), superando o dos Estados Unidos (EUA) ou o da União Europeia.

E como está o Brasil neste contexto? O doutor em Ciências Sociais Marcos Costa Lima, que acaba de lançar o livro *Política internacional comparada – O Brasil e a Índia nas novas relações Sul-Sul*, afirma que a China é uma profecia que está se realizando. “O que O'Neil e sua equipe não previram foi que esses países de características comuns, mas até então tratados individualmente, fossem gerar um mecanismo que vem permitindo a articulação entre eles, abrindo importantes espaços para o diálogo, para a identificação de convergências e propostas de soluções para diversos temas, além de ampliar contatos e realizar cooperação em setores específicos”, analisa. Cinco cúpulas já foram realizadas para estabelecer o diálogo e fortalecer o conjunto no cenário internacional e começa-se a traçar os primeiros esboços do que poderá vir a ser um banco para apoiar o desenvolvimento destes países.

Marcos Costa Lima vem se debruçando sobre este tema no Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e do Desenvolvimento do Departamento de



Divulgação

Marcos Ferreira da Costa Lima é doutor em Ciências Sociais, pela Universidade Estadual de Campinas, e professor na Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente integra o Conselho Deliberativo do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.

Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, do qual é coordenador. Ele avalia que a China vive um processo totalmente novo, que vem evoluindo pouco a pouco, mas que parece ser irreversível. “Não há dúvidas de que a crise ocorrida no centro do sistema econômico americano e europeu impactou a potência asiática. Ainda assim, tudo indica que a China tem bastante fôlego para crescer”, analisa. De fato, em 2012 o país registrou uma queda de crescimento acentuada para os padrões chineses, mas ainda ficou em torno de 7,6%, enquanto a Europa continua amargando índices negativos, sem qualquer sinal de mudança desse quadro. Os Estados Unidos, por sua vez, apresentam uma perspectiva de desemprego ainda bastante alentada, além de os indicadores demonstrarem uma concentração de renda e de riqueza acelerada nos últimos 20 anos.

A própria equipe da Goldman Sachs refez seus cálculos a partir do momento que a Índia passou a exibir o maior Produto Interno Bruto (PIB) mundial. Desde 1991, seu produto interno quadruplicou, suas reservas subiram de US\$ 5,8 bilhões para US\$ 279 bilhões e as

exportações deram um salto de 18 bilhões para 178 bilhões de dólares. O Brasil, ao contrário, tem apresentado índices de crescimento modestos. Em 2011, o PIB aumentou 2,7% em relação ao ano anterior. “Ainda que a agropecuária esteja à frente dos outros setores, com taxa positiva de 3,9%, o tipo de *trade off* que o país pratica acaba por provocar um déficit muito grande no que tange às exportações, já que os produtos que negociamos são basicamente *commodities*. Esta é uma tendência que vem se consolidando, mas que pode reduzir um pouco o fluxo do crescimento”, pondera o pesquisador.

Gargalos – Marcos Costa Lima ressalta que os três países têm grandes desafios pela frente. “A Índia vem conseguindo ótimos resultados desde o processo de abertura econômica que se iniciou em 1991, a partir do governo de Rajid Gandhi. Isso se deu especialmente em alguns setores, como o de *softwares*, em que o país adquiriu uma capacidade instalada muito importante. No entanto, o país não resolveu questões básicas para crescer com sustentabilidade”, alerta. Dentro de 20 anos, por exemplo, a popu-

lação indiana será maior do que a da China, que pratica um controle de natalidade bastante sério há muitos anos. A Índia, ao contrário, não tem qualquer política neste sentido.

Para se firmar como grande potência, a China vem realizando importantes investimentos sociais. A expectativa de vida da população, que no início dos anos 1970 girava em torno de 60 anos, hoje passa dos 73 anos. “Isso é fantástico para período de tempo tão curto”, comenta o professor. O país também investiu maciçamente em educação de base, reduzindo consideravelmente os indicadores de analfabetismo. Neste mesmo período mais de 750 milhões de chineses viviam com menos de US\$ 1 por dia. “Por mais controverso que possa ser este critério, hoje os que vivem com este valor são menos de 150 milhões. Ou seja, quase 600 milhões de chineses deixaram a pobreza absoluta”, destaca Costa Lima.

O professor lembra que as duas sociedades se caracterizam por uma forte presença rural, com a diferença que a Índia não fez os investimentos necessários em infraestrutura básica. Estradas, portos, ferrovias, fornecimento de água e energia ainda são problemas estruturais. “Mesmo em capitais como Deli e Mumbai os cortes de energia são frequentes”, diz Lima, que esteve na Índia estudando o tema mais de uma vez. As desigualdades sociais também são um entrave. As taxas de analfabetismo são altas. Mais de 40% das mulheres em idade produtiva são analfabetas. Há um grande contingente populacional que vive no campo, sendo que este tem presença muito pequena no PIB indiano. “Tudo isso leva a crer que a Índia ainda tem muito a caminhar para poder ser um grande centro”, observa o pesquisador.

Os desníveis regionais são outro desafio que Brasil, China e Índia terão que enfrentar. O Nordeste brasileiro, onde vive 28% da população do país, só representa 13% do PIB nacional, mesmo depois de 50 anos de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Isso significa que as políticas de privilégio para inovação, o maior volume de recursos para a região e outras medidas estabelecidas por sucessivos governos não foram suficientes para promover a redução dessas desigualdades. “O Bolsa Família atinge o Nordeste com muito mais intensidade do que o Sul e o Sudeste, mas outras políticas básicas, como a educacional e a de saúde, não chegam. Em uma sociedade que se diz do conhecimento, quase tudo ainda está por construir no Brasil”, lamenta Marcos.

O Brasil pelo menos está a salvo de outro entrave importante: o que envolve questões geopolíticas. A Índia ainda vive um enfrentamento ao menos virtual com a China, de quem perdeu uma guerra nos anos 1960, e da

qual saiu desmoralizada. “Esta tensão, ainda que hoje seja quase imperceptível, persiste como uma sombra. O movimento que a Índia fez para construir sua bomba atômica tem relação com essa geopolítica frágil”, explica Marcos Costa Lima. Além disso, o país tinha uma articulação expressiva com a União Soviética desde os tempos de Jawaharlal Nehru e de Indira Gandhi, mas isso foi se reduzindo. “A presença do Estado era muito forte e havia políticas que impediam a entrada de corporações multinacionais até muito pouco tempo”, informa o professor. Em 2012 houve uma tentativa de inserir grandes redes de varejo, como Walmart e Carrefour, e ocorreram revoltas, com ataques a lojas e instalações do governo. Grande parte da população vive do comércio informal, de rua, onde se compram frutas, verduras, animais e especiarias para o dia a dia. Supermercados são raros, mesmo nas grandes cidades indianas.

Curiosamente, ao mesmo tempo que a Índia vivencia esses problemas estruturais, existe uma elite criada na Inglaterra e nos Estados Unidos, que já foi marcadamente nacionalista e que vem apostando na abertura da economia e no crescimento, sem utilizar poupança externa. “Enquanto o Brasil sofria com um brutal endividamento externo, a Índia chegou a US\$ 40 milhões, o que é irrisório se comparado a nós”, observa o pesquisador. Com tudo isso, os indianos conseguiram construir indústrias avançadas, como a automotiva, a de fármacos e a naval. Impulsionados por essa fragilidade geopolítica, desenvolveram tecnologia para a produção de submarinos e para o lançamento de mísseis e satélites. “É um país que tem muitas dificuldades a vencer, mas com uma capacidade de acumulação e de crescimento muito grandes”, afiança o pesquisador.

Competitividade – A realidade brasileira é muito mais próxima do processo mundial do capitalismo do que na Índia ou na China, e isso se reflete na competitividade. Salários, direitos trabalhistas e impostos são itens que pesam na composição dos preços e nos coloca em desvantagem. Por mais que a China faça um controle migratório interno para evitar que a população rural se desloque, em massa, para as capitais, essa mão de obra não qualificada e mais barata do que a brasileira é de cerca de 200 milhões de pessoas. É realmente difícil de competir. Recentemente os salários começaram a melhorar, fazendo com que empresários procurassem áreas na Índia para implantar suas indústrias. “Apesar da mão de obra ainda mais barata, os serviços complementares encontrados – fornecedores, água, transportes, energia – não são os mesmos. O que por um lado é vantagem comparativa, impede a migração do capital chinês para outras áreas próximas”, revela o pesquisador.

A China vem, pouco a pouco, se consolidando como

principal parceiro do Brasil. Atualmente os Estados Unidos ainda lideram a lista dos maiores compradores em valores, mas nosso volume de exportação já é maior para a potência asiática. “Nesta relação, importamos bens de capital e exportamos *commodities*. Isso é um problema na nossa política internacional e uma das forças da China”. O professor explica que o país asiático chega com muita capacidade de oferta e com capital, e é muito mais ativo do que os países que recebem a contraparte da negociação. Ao mesmo tempo, essa relação comercial arrasta um volume de dólares muito grande, vem gerando uma perigosa especialização na agricultura brasileira. Mesmo entendendo que o valor das tecnologias agrícolas empregadas esteja embutido em nossas *commodities*, isso é um ponto fraco. “Além de termos deslocado nossa produção para atender a demanda chinesa, precisamos investir em bens de maior valor agregado, como aviões, manufaturados e serviços”, aconselha Costa Lima.

Os chineses também são mais pragmáticos nas negociações, enquanto o Brasil é muito lento nesse tipo de relação. Por conta das reservas de títulos norte-americanos e de dólares que o país acumulou – quase US\$ 3 trilhões –, eles estabelecem uma estratégia de avanço internacional que começa a ser muito debatida no Brasil, especialmente nos ambientes de Relações Internacionais. “Na África, por exemplo, a China tem políticas com todos os países, com maior intensidade para os que produzem petróleo e minério. Isso inclui uma contrapartida estrutural, como a construção de barragens, linhas férreas etc. Dificilmente esses países estão em condições de recusar essas ofertas”, analisa.

Tecnologia da Informação – O professor, que há alguns anos estuda a relação Sul-Sul, vem observando particularmente os fatores que envolvem a inovação tecnológica. “A Índia, neste tema, é um poço de contradições”, analisa. Isto porque, apesar de a Constituição indiana rejeitar a discriminação com base nas castas, ela é ainda muito presente no meio rural e provoca uma grande imobilidade social. Ainda assim, com uma população de 1,2 bilhão de pessoas, pode-se estabelecer que cerca de 250 milhões de habitantes fazem parte das classes média e alta. “É quase um Brasil de classe média com capacidade para desenvolver essas tecnologias”, alerta. Deste modo, o país conseguiu estabelecer parques tecno-

lógicos de grande densidade e fortaleceu o setor de Tecnologia da Informação e de Comunicações (TICs). Isso se deu especialmente na diáspora, ou seja, envolveu os indianos que haviam aproveitado as facilidades de morar e estudar na Inglaterra e nos Estados Unidos e que voltaram quando a economia começou a se flexibilizar.

Esse processo, ocorrido particularmente em Bangalore, se replica em outras cidades que têm políticas e centros de *softwares* muito intensivos, com muita gente trabalhando não somente para corporações internacionais. Grandes empresas indianas têm se firmado no mercado e

as exportações giram em torno de US\$ 3 bilhões, se somarmos os serviços de software com os de BPO (*Business Process Outsourcing*) – terceirização de processos de negócios que usam intensamente a tecnologia da informação, como os *call centers*, por exemplo. Ainda que eles estejam trabalhando na baixa cadeia de inovação, o retorno para o país é muito significativo. No Brasil, ao contrário, este valor não chega a US\$ 500 milhões e a maior parte das empresas que produzem *software* e *hardware* são multinacionais. “É curioso, pois, apesar desta baixa exportação e de estarmos reproduzindo tecnologia em vez de desenvolvê-la, existe um processo crescente de acesso a essas tecnologias. E isso é a chave para o sistema produtivo moderno e para a formação e educa-

ção das populações”, analisa o professor. Neste ponto, o Brasil ganha da Índia, onde populações que vivem no meio rural quase não têm acesso ao uso do computador.

Há algum tempo o Brasil vem implementando políticas governamentais visando à inclusão digital, especialmente para a educação. Recentemente Marcos Costa Lima e outro pesquisador, Thales Andrade, publicaram um livro sobre o tema. Eles concluíram que, apesar de se gastar muito com computadores, ainda convivemos com recepção precária, falta de estrutura para acolher e disponibilizar os equipamentos, baixa qualificação dos professores para uso das ferramentas, entre outros problemas. “O governo está entregando *laptops* e *tablets* com certa celeridade. O acesso à tecnologia é importante – e este convívio já é alguma coisa –, mas isso não representa a inclusão digital”, avalia. Marcos Costa Lima diz que é preciso criar condições para que o computador possa ser usado em sala de aula, como apoio educacional, e que o aluno possa acessar as redes de ensino em casa. Para ele, o Brasil está começando a destravar, mas se quiser ser competitivo entre os BRICS deverá fazer seu “dever de casa”. ■

